



Parlamentares deram aval ao pagamento da terceira parcela dos precatórios dos professores e para a criação de 561 novos cargos na Delegacia de Polícia Técnica

A Assembleia Legislativa iniciou os trabalhos plenários da terça-feira com o propósito de apreciar quatro proposições que vêm dominando os debates nas últimas semanas. Porém, um acordo entre os líderes dos blocos da maioria e da minoria permitiu a inversão da pauta para votar e aprovar de pronto o projeto de lei proposto pelo Governo do Estado prevendo o pagamento da terceira parcela dos precatórios dos professores, nas mesmas condições das parcelas anteriores. Também originária do Poder Executivo, foi aprovada a proposição que prevê a criação de 561 novos cargos na Delegacia de Polícia Técnica para absorver imediatamente pessoal já aprovado em concurso para cadastro de reserva.

Já o projeto que cria as bases do Programa Bahia pela Paz, com o qual o Estado pretende dar um salto qualitativo no enfrentamento da segurança pública, estava sobrestando a pauta. Foi por conta disso que os deputados Rosemberg Pinto (PT) e Alan Sanches (UB), líderes do governo e oposição, respectivamente, firmaram uma dispensa de formalidades, antecipando a apreciação dos precatórios e o da criação de cargos no DPT. A quarta proposição, que trazia o reajuste

Plenário aprova projetos de autoria do Poder Executivo

linear de 4% para os servidores públicos, acabou sendo adiado em uma semana para propiciar mais prazo para negociação. Já o Bahia Pela Paz também foi adiado, uma vez que o líder oposicionista antecipou que pediria vistas ao parecer oral, caso fosse relatado em plenário.

GALERIAS

A Assembleia Legislativa recebeu grande afluxo de representantes sindicais desde as primeiras horas da manhã. A deputada Olívia Santana (PC do B), presidente da Comissão da Educação, lembrou que o pagamento dos precatórios foi debatido nas últimas sessões do colegiado e que o entendimento foi apoiar a aprovação, tendo havido manifestações favoráveis de aposentados e representan-

tes das duas organizações que atualmente representam parcelas dos docentes: a APLB-Sindicato e a Aceb. Olívia ressaltou ainda que o projeto não trata apenas dos precatórios, mas garante 30% de abono salarial. "O dinheiro chegou aos cofres do Estado em 27 de março e deve chegar logo aos servidores", afirmou.

O deputado Jurailton Santos (Republicanos) citou o caso específico de uma aposentada que teria morrido de câncer sem recursos para custear o tratamento, demonstrando o porquê dos aplausos vindos das galerias quando o presidente ad hoc José Raimundo Fontes (PT) anunciou a aprovação unânime do parecer de Vítor Bonfim (PV) mesmo havendo as críticas de oposição e professores por não ter a previsão do

pagamento integral com correção e juros de mora. Hilton Coelho (PsoL) encaminhou a votação justamente defendendo a aprovação, mas atacou a perda forçada pela mensagem governamental. O pagamento não corrigido nas etapas anteriores já está sendo discutido pelos representantes dos docentes junto ao Judiciário.

VAGAS

A criação das novas vagas no âmbito da Polícia Civil para aprimorar o DPT foi relatada pelo deputado Pablo Roberto (PSDB). A iniciativa vai trazer um acréscimo superior a R\$120 milhões na folha de pagamento a partir do próximo ano. Os concursados presentes na galeria também repercutiram positivamente ao anúncio da aprovação por unanimidade. Coube ao deputado Robinson Almeida (PT) proferir o parecer oral da proposta do Programa Bahia Pela Paz. Após ouvir o voto favorável à matéria, Sanches confirmou sua intenção de pedir vistas, adiando a apreciação em 48 horas. Na prática, o projeto volta a ser apreciado na próxima semana, junto com a proposta de reajuste de 4%, uma vez que ficou prejudicada pelo sobrestamento da iniciativa anterior.

Direto do Plenário

Um pequeno expediente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), desta terça-feira (7), conduzido pelo vice-presidente Zé Raimundo Fontes (PT), contemplou a fala de todos os parlamentares inscritos, que usaram seu tempo para repercutir suas agendas, pautas e posicionamentos. Durante a sessão, os presentes saudaram a presença, nas galerias Paulo Jackson, de servidores públicos estaduais, inclusive das categorias da educação e enfermagem, que acompanham a apreciação de projetos relacionados às categorias.

Euclides Fernandes (PT) saudou a conduta republicana do governador Jerônimo Rodrigues na entrega de veículos de saúde, indicações dos 63 deputados da ALBA. Ele se queixou da reforma do governo passado que retirou de Jequié administrações regionais da saúde e do Inema, e defendeu a construção de um hospital regional em Valença.

Hilton Coelho (Psol) elogiou a mobilização dos servidores estaduais ao ratificar seu apoio aos pleitos das categorias, como o pagamento do piso nacional da enfermagem e da 3ª parcela dos precatórios, com juros e mora, para os educadores. Ele criticou a proposta do Executivo de 4% de aumento e fez um apelo para que se retomem as mesas de negociações.

Dr. Diego Castro (PL) fez críticas ao PL do Executivo que cria o Bahia pela Paz, questionando a transparência da gestão, impacto financeiro e prioridades do programa ao antecipar seu voto contrário. Para o liberal, a iniciativa é uma reedição do programa Pacto pela Vida, do então governo Jaques Wagner, definindo-a como "peça de publicidade".

Júnior Nascimento (UB) tratou da entrega de ambulâncias, nesta segunda-feira (6), que contemplou o município de Senhor do Bonfim através de emenda de sua autoria, além de agenda em Ajustina e Campo Formoso para inauguração e anúncio de obras. Ele também defendeu maior investimento estadual no São João de Senhor do Bonfim.

Robinho (UB) discorreu sobre audiência pública que debateu, pela



manhã, na Comissão de Direitos Humanos da Casa, o Bahia Pela Paz, lembrando dados sobre a Bahia como um dos estados mais violentos do país e índices da educação e desemprego do Estado. Reiterou ainda que o governador desconhece quanto é o piso salarial dos professores estaduais.

Samuel Junior (Republicanos) reivindicou equivalência no envio de alimentos, pelo Governo Federal, para Cuba e o Estado do Rio Grande do Sul, e questionou resoluções recentes que prejudicam, na visão do republicano, os trabalhos terapêuticos e de evangelização do segmento evangélico em centros de recuperação e presídios do país.

José de Arimateia (Republicanos) se somou às críticas do correligionário quanto à resolução de instância do Ministério da Justiça que veda a conversão religiosa de detentos. Fez ainda um tributo aos taquígrafos da Casa, que celebraram seu dia em 3 de maio, e colocou-se ao lado das reivindicações de professores e enfermeiros presentes na sessão.

Ricardo Rodrigues parabeniza os municípios de Lapão e Barro Alto

Nesta quinta-feira (9), os municípios de Lapão e Barro Alto, no Território de Identidade de Irecê, festejam o aniversário de 39 anos de emancipação política e administrativa. Na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), o deputado Ricardo Rodrigues (PSD) protocolou moções de congratulações com os povos das duas cidades.

Ao se dirigir à população lapoense, o parlamentar desejou que o município continue crescendo de maneira próspera e sustentável. "Parabenizamos a todos os cidadãos de Lapão e seus representantes pelos esforços constantes em tornar a cidade um lugar cada vez melhor para viver e trabalhar. Que a celebração desta data fortaleça ainda mais a união e a identidade da comunidade lapoense", disse Rodrigues, que reiterou seu compromisso de continuar trabalhando pelo progresso do município.

O parlamentar também lem-



Deputado
Ricardo Rodrigues
(PSD)

brou que a história de Lapão está ligada ao pioneiro Herculano Galvão de Souza, que buscava um local para construir um povoado e ali se estabeleceu em uma área conhecida como Fazenda Boi. "Distribuindo parte de suas terras a quem

desejasse se instalar, atraiu interessados que ocuparam a região. Desse movimento, surgiu o núcleo habitacional chamado Lapão, que mais tarde tornou-se um distrito, e, finalmente, foi emancipado de Irecê em 9 de maio de 1985 por meio de

lei estadual", detalhou o deputado.

Em relação à data magna do município de Barro Alto, o legislador expressou seus votos de congratulações com o povo barro-altino e frisou que o aniversário de emancipação representa a união e o esforço do município na busca por sua autonomia. "Desde a emancipação, Barro Alto tem dado passos significativos em direção ao desenvolvimento, com foco na melhoria contínua da qualidade de vida de seus cidadãos. Por meio de investimentos na educação, na saúde, na infraestrutura e no desenvolvimento social e econômico, a cidade tem se destacado positivamente em toda a região", enfatizou.

A moção, disse o deputado Ricardo Rodrigues, representa o reconhecimento das conquistas já alcançadas e também o desejo de que o município continue trilhando um caminho de crescimento e prosperidade. "Estamos comprometidos em apoiar e incentivar o progresso do município, desejando muitas outras realizações nos próximos anos", contou.

Colegiado de Direitos Humanos promove debate sobre o programa Bahia Pela Paz

A Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa realizou, nesta terça-feira (7), uma audiência pública para debater o projeto de lei que institui o Bahia Pela Paz, um programa oriundo do Poder Executivo que visa implementar uma nova política de segurança, com promoção da cidadania e valorização da família e dos direitos humanos na capital e no interior. Autoridades de vários órgãos públicos, representantes da sociedade civil organizada e dirigentes de movimentos sociais participaram da reunião, aberta pelo presidente do colegiado, deputado Pablo Roberto (PSDB).

“Quando este PL chegou à Casa do Povo, ficamos na expectativa de que tivesse o rito normal nas comissões. E isso vem acontecendo, com os parlamentares podendo discutir este tema tão importante para todos os baianos, porque é necessário urgentemente reduzir os altos índices de violência e combater a criminalidade”, pontuou o deputado tucano, explicando que a proposição foi encaminhada pelo governador Jerônimo Rodrigues, no último dia 13 de março, e poderá ser apreciada e votada pelos legisladores ainda este mês, no Plenário Orlando Spinola.

A audiência pública foi solicitada pelo deputado Robinson Almeida (PT), que tinha sido designado em 2011, pelo então governador Jaques Wagner, o coordenador executivo na Bahia do Programa Pacto Pela Vida. O petista disse que atualmente se vive uma outra época, mas salientou que os desafios da segurança pública no Brasil continuam grandes e generalizados. “Eu tenho o sonho que um dia a gente possa assistir a uma reunião, liderada pelo presidente da República, com os 27 governadores, presidentes do STF, do Senado, da Câmara dos Deputados e representantes da sociedade, para que seja anunciada ao Brasil uma nova Política de Segurança Pública. Há uma defasagem histórica nessa área, sendo que o último esforço coletivo nesse sentido foi na Constituição de 1988”, lembrou.

O parlamentar ressaltou que, mais de 30 anos depois da Carta Magna, “a violência mudou seu padrão de comportamento, com associação do tráfico de drogas através das organizações criminosas, mas que o Estado não consegue responder com políticas públicas capazes de diminuir os números da violência”. Oponente da sessão revelou que no país, a cada ano, são perdidas em média cerca de 100 mil vidas: metade pela violência dos acidentes de trânsito e a outra parte vítima de crimes letais.

“Nesta tragédia brasileira de crimes violentos, tem um alvo pre-



Os trabalhos foram comandados pelo presidente do colegiado, deputado Pablo Roberto (PSDB)

dominante, que é a população jovem, masculina, negra e pobre da periferia dos centros urbanos. As estatísticas identificam que nossa juventude é a principal vítima dessa violência. Precisamos redefinir na CF o papel dos entes federados, com a criação de um Fundo Nacional para que seja o responsável pela promoção de uma política nacional coordenada, com uma troca de informações integrada entre Municípios, Estados e União, de modo a enfrentar este grave problema social”, defendeu Robinson Almeida.

APRESENTAÇÃO

O Bahia Pela Paz envolve mais de 12 secretarias estaduais. Na audiência, que lotou as salas Luís Cabral e Herculano Menezes, o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas, apresentou as diretrizes do programa. O gestor estadual da SDJH falou sobre letalidade, reincidência e precariedade, os três problemas fundamentais na questão da violência, assegurando que a iniciativa propõe um conjunto de eixos estruturantes. Dentre eles, no campo da redução da violência letal, destacou um forte investimento em modernização do sistema de segurança pública. Quanto à reincidência delitiva, garantiu que o programa tem como foco o tema dos egressos, a porta de saída do sistema, e também nas assistências sociais, “pois precisamos consolidar a compreensão de que a passagem pela prisão produz nas famílias uma série de impactos sociais negativos que são habilmente utilizados pelo crime organizado”.

O chefe da pasta da Justiça mostrou em slides como vai funcionar o Comitê de Governança, informou que o programa atuará prioritariamente em 16 cidades baianas com maiores indicadores de mortes violentas, com

previsão orçamentária inicial de R\$ 200 milhões. Ele considerou fundamental o papel de comando da autoridade máxima, o chefe do Executivo estadual, “que reúne as condições políticas e institucionais para liderar uma empreitada deste tipo”.

O secretário também citou a criação dos Coletivos Bahia Pela Paz, 12 espaços físicos que poderão trabalhar na chamada busca ativa nas comunidades. “Os jovens que são vítimas da violência não são os que regularmente estão inscritos e estudando nas escolas, não são os que estão frequentando as igrejas, não são os que participam dos grupos culturais e esportivos. É essencial ir atrás desses meninos. Precisamos de uma figura, que estou apelidando de Agente Comunitário da Cidadania, que exerce essa busca ativa para conectar esses jovens com as ações que a gente vai fazer neste programa”, finalizou o secretário Felipe Freitas.

AÇÕES

Em seguida, o secretário de Segurança Pública, Marcelo Werner, também participou do debate, acrescentando que estava feliz por mais uma vez retornar à Casa Legislativa para expor as ações que estão sendo executadas por sua pasta. “Costumo dizer que Polícia é Segurança Pública, mas segurança pública não é só polícia e que, para problemas complexos, não há soluções simples”, afirmou o gestor, destacando a relevância das diversas ações transversais que devem ser realizadas, “sempre de maneira integrada, ouvindo as comunidades, discutindo as demandas com os parlamentares e respeitando as críticas e opiniões da imprensa”.

Werner afirmou que a proposta do programa é estar próximo da comunidade, através do

Fórum Permanente de Participação Popular, um observatório que servirá para a produção de evidências, “para ver de perto como está sendo a reação de determinada política pública dentro daquela localidade”. O chefe da SSP fez questão de enaltecer os conceitos que surgem da denominada Solução dos 3 Is: “Integração, como estamos fazendo neste momento aqui no Parlamento, porque precisamos unir forças. Inteligência, para dialogar com a população e as instituições públicas, além de observar como fazer mais em benefício das pessoas, por meio de políticas públicas que integrem. E, finalmente, Investimento, em inovação, capacitação profissional, trabalho com evidências e mais recursos. Reproduzo agora as palavras do governador em recente encontro: Não existe comunidade violenta, existe comunidade violentada”, concluiu Marcelo Werner.

Participaram do debate os deputados Hilton Coelho (Pso), Olívia Santana (PC do B); Ludmilla Fiscina (PV); Marcelino Galo (PT); José de Arimateia (Republicanos); Fabíola Mansur (PSB); Maria del Carmen (PT); e Robinho (UB). Na mesa estendida, com a presença da secretária da Promoção da Igualdade (Sepromi), Ângela Guimarães, diversos oradores deram suas contribuições. Entre eles, o desembargador do Tribunal de Justiça, Geder Gomes; o procurador do Ministério Público Federal, Ramiro Teixeira; o promotor do Ministério Público Estadual, Hugo Santana; o coordenador da OAB, Eduardo Rodrigues; a representante da Iniciativa Negra, Dudu Ribeiro; a coordenadora de Juventude do MNU, Patrícia Macedo; a ouvidora-geral da Defensoria Pública-BA, Naira Gomes; a defensora pública estadual, Eva Rodrigues; e Sérgio Goulart, da Defensoria Pública da União.

Parlamentares da Comissão de Educação recebem representantes de sindicatos

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB-Sindicato), Associação Classista de Educação e Esporte da Bahia (Aceb), Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (Sindsefaz), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia (Sindsaúde) e Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Sinpojud) estiveram na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

No encontro, mediado pela presidente do colegiado, deputada Olívia Santana (PC do B), e com as presenças dos deputados Jurailton Santos (Republicanos), Fabíola Mansur (PSB), Robinson Almeida (PT), Hilton Coelho (Pso), Soane Galvão (PSB) e Zé Raimundo Fontes (PT), os sindicalistas apresentaram as principais reivindicações das categorias e, por intermédio do Parlamento, solicitaram apoio no



De acordo com a deputada Olívia Santana (PC do B), presidente do colegiado, a intenção é mediar o diálogo entre as categorias e o Governo da Bahia

diálogo e nas negociações com o Governo do Estado.

“O Governo enviou para ALBA 12 projetos para serem apreciados pelo Parlamento. Dentre esses, estão o PL sobre os precatórios, que está similar ao projeto apresentado no ano de 2023, e o PL sobre

o reajuste salarial dos servidores públicos”, disse a presidente Olívia Santana. “O líder do governo, deputado Rosemberg Pinto (PT), está em negociação com as categorias para encontrar a melhor solução”, completou.

Dentre os encaminhamentos,

os professores solicitam o pagamento dos precatórios com os juros de mora e os servidores públicos querem um reajuste salarial maior. Segundo Olívia Santana, a intenção é mediar o diálogo entre as categorias e os gestores do Governo da Bahia.

Legislativo realizou 6ª Edição do Prêmio Líder Comunitário da Bahia

A Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) promoveu nesta terça-feira (7), a 6ª Edição do Prêmio Líder Comunitário da Bahia. O ato foi organizado pela deputada Fabíola Mansur (PSB), autora da proposição

que instituiu o Dia Estadual do Líder Comunitário, comemorado anualmente em 5 de maio, e pelo líder comunitário Sullivan Santos.

O evento prestou homenagem a mais de 100 lideranças

comunitárias, além de autoridades e personalidades que se destacaram no fortalecimento e atendimento das comunidades nos municípios baianos.

A deputada Fabíola Mansur destacou a importância da

atuação destes representantes que levam ao poder público os problemas detectados junto ao povo. “Essa premiação serve para reconhecer a luta desses guerreiros. É um trabalho hercúleo e diário. A política é feita com eles, diariamente. O dia estadual é o para celebrar essas pessoas e esse trabalho que é fundamental para todos, independente de coloração partidária. São os vereadores sem mandato que levam consigo a responsabilidade de defender sonhos e de combater a desigualdade”, afirmou.

A mesa dos trabalhos foi composta pela deputada Fabíola Mansur; o líder comunitário Sullivan Santos, a vice-prefeita de Salvador, Ana Paula Matos; o gerente da UPA Barris, Alexandre Santos de Souza; o presidente da Igreja Adventista de Salvador, Murilo Andrade e o jornalista Levi Vasconcelos, que recebeu uma homenagem especial em reconhecimento a sua trajetória na imprensa baiana.



Mais de 100 lideranças comunitárias foram homenageadas no ato organizado pela deputada Fabíola Mansur (PSB)

Audiência sobre empreendedorismo na Praia do Buracão é adiada na ALBA

A audiência pública que debateria o tema “Espigões na Praia do Buracão - Rio Vermelho: Especulações e Ilegalidades” na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) foi adiada. Proposta do deputado Robinson Almeida (PT), o evento ocorreria nesta quarta-feira (8), a partir das 9h30,

na Sala das Comissões.

De acordo com o legislador, uma nova data será definida. Essa seria a segunda vez que o tema se tornaria alvo dos deputados estaduais. A primeira audiência pública aconteceu em novembro do ano passado e mobilizou ambientalistas,

especialistas em desenvolvimento urbano. “Essa questão da Praia do Buracão ainda não está vencida. Há muito receio e preocupação dos moradores e especialistas com os impactos de eventual edificação naquela área de praia. Além disso, temos observado a prefeitura pri-

vatizar áreas verdes, terrenos públicos, alimentando a especulação imobiliária. É preciso se debruçar sobre esses assuntos polêmicos, que têm conexão e repercussão no presente mas, sobretudo, no futuro da capital dos baianos”, afirmou Robinson Almeida.

Projeto garante emprego para jovens que cumpriram medidas socioeducativas

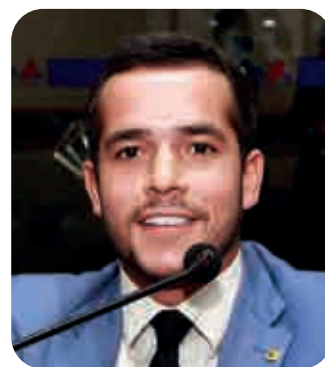
Os editais de licitação de obras e serviços do Governo do Estado devem prever a exigência de que o contratado reserve, no mínimo, 5% das vagas de emprego para jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto ou que sejam egressos do Sistema Socioeducativo. Em resumo, isso é o que estabelece novo projeto de lei apresentado pelo deputado Matheus Ferreira (MDB), na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

Ao justificar o projeto,

Matheus Ferreira explicou que a medida busca promover a inclusão desses jovens, “garantindo a inserção deles no mercado de trabalho para que possam se desenvolver de forma digna recuperando o protagonismo juvenil”. Ele lembrou ainda que é uma forma de combater o estigma que muitas vezes os acompanha esses jovens após passarem pelo sistema socioeducativo.

De acordo com o texto, a reserva de 5% das vagas será

obrigatória para contratos que contemplem mais de 50 funcionários, enquanto em contratos com menos de 50 funcionários, a reserva será facultativa, servindo apenas como critério de desempate entre os licitantes. “A iniciativa visa garantir que esses jovens tenham a chance de trilhar um novo caminho, através de atividades lícitas e do emprego formal, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.



Iniciativa é do deputado Matheus Ferreira (MDB)

Angelo Coronel Filho saúda os 174 anos de Maragogipe

O aniversário de 174 anos de fundação da cidade de Maragogipe, comemorado neste 8 de maio, foi lembrado pelo deputado Angelo Coronel Filho (PSD) em moção de congratulações inserida na Ata dos Trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

Conforme explicou o parlamentar, no documento, a região do município de Maragogipe, localizado no Recôncavo baiano, era habitada pelos índios maragós, que na tradução seria “braços invencíveis”. Ele conta que os maragós, inteligentes, guerreiros e dedicados à pesca e caça, foram substituídos por exploradores que chegavam com suas embarcações, visando a extração de madeiras, plantação de mandioca e cana-de-açúcar, construindo engenhos e casas de farinha.

Segundo Angelo Coronel Filho, o lugar teve a sua fundação em 16 de Janeiro de 1557, sendo elevado a Vila São Bartolomeu de Maragogipe em 1724 e, depois, a cidade, em 8 de Maio de 1850, sendo nomeada pelo imperador

Dom Pedro II de Maragogipe.

O município possui seis distritos, como apontou o legislador. São eles Maragogipe, Nagé, Coqueiros, Guai, Guapira e São Roque do Paraguaçu. A população é de mais de 44 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE. Ele relatou ainda que Maragogipe apresenta excelentes condições para o turismo náutico e ecológico, possui cerca de 30 km de manguezais, traz uma forte tradição religiosa católica e do candomblé e tem o seu carnaval como patrimônio imaterial da Bahia.

“Pelos importantes motivos expostos, é que venho prestar esta justa homenagem ao município de Maragogipe e ao seu povo, pela passagem dos seus 174 anos de fundação. Em oportuno, solicito ainda que seja dado conhecimento desta moção à Prefeitura Municipal de Maragogipe e à Câmara Municipal de Vereadores, fazendo assim chegar a todos aqueles que lá moram”, concluiu o deputado Angelo Coronel Filho.

Marcinho Oliveira se congratula com povo de Nordestina

O deputado Marcinho Oliveira (UB) apresentou, na Assembleia Legislativa, uma moção de congratulações com o povo de Nordestina, no Território de Identidade do Sisal, pela passagem do aniversário de 39 anos de emancipação política e administrativa do município.

No documento, o parlamentar destacou a história de formação de Nordestina e lembrou que o local se desenvolveu onde existia uma fazenda denominada Cajueiro. Com o passar do tempo, o município foi oficializado por meio da criação do território desmembrado de Queimadas que foi regulamentado por força de Lei Estadual de 9 de maio de 1985.

Marcinho Oliveira frisou o potencial que o município possui na área da mineração, sendo uma importante fonte de renda para a população da região. “Na cidade de Nordestina, cumpre ressaltar, foram descobertos fósseis pré-his-

tóricos na década de 1980 e jazida minerais de ouro e diamante sendo explorados até os dias de hoje. Atualmente, a empresa denominada Lipari Mineração Ltda ocupa-se da exploração do diamante em seu território”, explicou.

“No início dos anos 80, o município de Nordestina recebeu os primeiros visitantes que reconheceram na região um grande potencial para encontrar uma rocha conhecida como ‘Kimberlito’ que é formada em erupções vulcânicas e, em alguns casos, transportam diamantes do interior da terra para superfície terrestre”, detalhou.

Ainda em sua moção, Marcinho Oliveira reforçou seu compromisso de representar o povo de Nordestina junto às autoridades estaduais e federais na busca por benefícios, obras e equipamentos que possam promover o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida da população.



Deputado
Angelo Coronel Filho
(PSD)



Deputado
Marcinho Oliveira
(UB)

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia foi instituído através da Resolução nº 1.694/2015 de 23 de dezembro de 2015 que acrescenta o art. nº 231-A à Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, regulamentado pela Resolução da Mesa Diretora nº 127/2015.

MESA DIRETORA

Presidente

Deputado Adolfo Menezes

1º Vice-Presidente

Deputado Zé Raimundo Fontes

2º Vice-Presidente

Deputado Marquinhos Viana

3º Vice-Presidente

Deputado Antônio Henrique Júnior

4º Vice-Presidente

Deputado Laerte do Vando

1º Secretário

Deputado Marcelinho Veiga

2º Secretário

Deputado Samuel Junior

3º Secretário

Deputado Vítor Azevedo

4º Secretário

Deputado Zó**SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS**
 EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA.....6
 NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES.....8
SAF - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....8

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH.....8

SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA

REQUERIMENTO Nº 10.486/2024

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Tendo em vista o que dispõe o Inciso XII do Art. 132 do regimento Interno desta Casa Legislativa, requeremos a V. Exa., que os Projetos de Lei 22.024/2016 e 22.542/2017, com matérias idênticas e/ou semelhantes possam ser anexados/apensados a fim de que esta presidência possa encaminhar de forma adequada para o relator proferir parecer conjunto as matérias, respeitando-se a ordem cronológica das proposições.

Espera deferimento,

Sala das Sessões, 24 de abril de 2024.

Deputada Estadual Maria del Carmen

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa da Bahia

(Defiro.)

REQUERIMENTO Nº 10.487/2024

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Tendo em vista o que dispõe o Inciso XII do Art. 132 do regimento Interno desta Casa Legislativa, requeremos a V. Exa., que os Projetos de Lei 23.180/2019, 24.351/2021 e 24.800/2023, com matérias idênticas e/ou semelhantes possam ser anexados/apensados a fim de que esta presidência possa encaminhar de forma adequada para o relator proferir parecer conjunto as matérias, respeitando-se a ordem cronológica das proposições.

Espera deferimento,

Sala das Sessões, 24 de abril de 2024.

Deputada Estadual Maria del Carmen

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa da Bahia

(Defiro.)

EMENDA Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 25.322/2024

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 25.322/2024, que “Dispõe sobre a vantagem de que trata o parágrafo único do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 114, de 16 de dezembro de 2021, e dá outras providências.

1º - Acresce-se novo o art. 2º ao Projeto de Lei nº 25.322/2024, com renumeração dos artigos seguintes, que passa a vigorar com a seguinte redação:

art. 2º - A Lei nº 14.592, de 25 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Aos profissionais do Magistério da Educação Básica serão destinados 60% (sessenta por cento) da segunda parcela dos recursos devidos pela União ao Estado da Bahia, por meio de precatório judicial, a título de complementação do FUNDEF, a serem distribuídos em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 114/2021 e pelo art. 47 - A da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, acrescido pela Lei Federal nº 14.325, de 12 de abril de 2022.

Parágrafo único: O percentual acima indicado incidirá sobre a integralidade dos recursos extraordinários recebidos pelo Estado da Bahia, incluindo o valor do principal, da correção monetária e dos juros moratórios, nos exatos termos do que prescreve o caput do art. 5º da Emenda Constitucional nº 114/2021 e o caput do art. 47 - A da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, acrescido pela Lei Federal nº 14.325, de 12 de abril de 2022”.

JUSTIFICATIVA

Após muita luta da categoria das/dos professoras/es, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 114 em 16 de dezembro de 2021, que direcionou para os/as docentes da rede básica, na forma de abono salarial, 60% de toda e qualquer receita que o Estado receber a título de pagamento da complementação do FUNDEF pela União, referente aos valores pagos a menor nos anos de 1998 e 2006.

A Lei Federal nº 14.325, de 12 de abril de 2022, estabeleceu quais os profissionais teriam direito ao abono e a regra geral para o cálculo do repasse, determinando que cada Estado e Município editassem leis específicas com os percentuais e os critérios para a divisão do rateio entre os profissionais beneficiados.

Em 21 de setembro de 2022, foi editada a Lei Estadual nº 14.485, que promoveu o rateio da primeira parcela dos precatórios do FUNDEF, sem a inclusão dos juros de mora. Tal interpretação é totalmente inconstitucional e implicou retirada ilegal de mais de R\$ 1,32 bilhões dos docentes. Já em 25 de agosto de 2023, foi editada a Lei Estadual nº 14.592, que promoveu o rateio da segunda parcela dos precatórios, novamente sem a inclusão dos juros de mora.

A terceira parcela foi depositada pela União na Ação Civil Originária nº 648 no STF, tendo o Estado e a União promovido acordo para pagamento do restante do valor controvertido do processo. Assim, além da terceira parcela, outras serão pagas pela União ao ente estadual e, posteriormente, repassada às docentes.

Depois de muita cobrança das/dos professoras/es, o Governador encaminhou o Projeto de Lei nº 25.322/2024, que versa sobre o rateio de todas as parcelas futuras (a terceira parcela e as outras que advierem do acordo firmando na ACO 648), utilizando como referência para o pagamento o que prescreve a Lei Estadual nº 14.592/2023, refere à segunda parcela. Ou seja, generalizou para a terceira parcelas e as futuras o não pagamento dos juros de mora.

Ocorre que, neste meio tempo, houve decisão explícita do STF sobre a temática, relacionada ao questionamento do Estado do Maranhão sobre a necessidade de pagamento dos juros de mora. A Suprema Corte decidiu que a parcela de 60% deve abranger os juros e determinou que aquele estado pagassem a integralidade dos valores às docentes.

Infelizmente, com o novo PL, o Governador manteve interpretação que retira do valor a ser repassado à categoria os juros recebidos pelo Estado na ação judicial contra a União. Isso significa uma redução de mais da metade do que devia ser destinado à categoria, acumulando perdas bilionárias para as docentes nas três parcelas e nas futuras, que serão recebidas por conta do acordo na ACO 648.

Entretanto, essa retirada dos juros é simplesmente inconstitucional e ilegal! O art. 5º da Emenda Constitucional nº 114/2021 é cristalino ao afirmar que todas “as receitas” que ingressarem nos cofres do Estado “a título de pagamentos da União por força de ações judiciais que tenham por objeto a complementação de parcela do FUNDEF” deverão ser partilhadas com os docentes. O constituinte foi cuidadoso ao ponto de incluir o termo “as receitas” para demonstrar que todo e qualquer valor recebido, independentemente do tipo de verba, deve ser partilhada com os/as docentes. Seja o valor principal, a correção monetária e os juros. Tudo!

Observe-se que o Estado da Bahia sabe que está retirando os valores dos professores e que utiliza interpretação esdrúxula. Tanto é assim, que no art. 2º da Lei Estadual nº 14.592/2023 é utilizada a palavra “recursos” para se referir aos valores repassados pela União e não o termo mais amplo, “receitas”, utilizados na Emenda Constitucional nº 114/2021. A própria normatização da referida Emenda Constitucional sequer é citada no referido artigo, denunciando claramente ser uma manobra calculada do Governo do Estado.

No mesmo sentido, o art. 47-A da nova Lei do FUNDEB, incluído pela citada Lei Federal nº 14.325/2022, é explícito ao afirmar que todos “os recursos extraordinários recebidos pelos Estados, em decorrência de decisões judiciais relativas ao cálculo do valor anual por aluno para a distribuição dos recursos” devem ser destinados às/aos professoras/es. Mais uma vez, a lei é clara em se referir a todo o valor.

Desta forma, como foi apresentado, o PL nº 25.322/2024 continua tão absurdo quando os anteriores e é inconstitucional e ilegal, ao retirar o valor dos juros do montante a ser pago às/aos docentes. A Emenda Constituição 114/2021 foi elaborada justamente para que o rateio de 60% dos precatórios do FUNDEF fosse distribuído entre os profissionais da educação, e, da forma como foi redigida, fica evidente a intenção do constituinte reformador em incluir os juros.

Para corrigir tais ilegalidades, apresentamos esta Emenda, retirando do art. 2º da Lei Estadual nº 14.592/2023 qualquer menção à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 528-DF, argumento utilizado pelo Estado para não pagar os juros, e que trata única e exclusivamente de honorários advocatícios para advogados particulares contratados pelo ente público, o que não se aplica ao Estado da Bahia, dada a existência da procuradoria.

Além disto, incluímos o parágrafo único ao referido art. 2º, explicitando que a base de cálculo sobre a qual se aplicará o percentual de 60% se refere à integralidade dos recursos extraordinários recebidos pelo Estado da Bahia, incluindo o valor do principal, da correção monetária e dos juros moratórios, nos exatos termos do que prescreve o caput do art. 5º da Emenda Constitucional nº 114/2021 e do caput do art. 47 - A da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, acrescido pela Lei Federal nº 14.325, de 12 de abril de 2022.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2024.

Deputado HILTON COELHO - PSOL

(Junte-se ao Processo.)

NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES

REQUERIMENTO Nº 10.489/2024

DEPUTADA IVANA BASTOS - Requer licença de suas atividades parlamentares no período de 13 a 16 do mês de maio de 2024, tendo em vista a sua participação em caráter de representação da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE nas Reuniões Constitutivas da Missão Técnica da UNALE no Japão, que acontecerá no período de 10 a 18 do mês de maio, nas cidades de Tóquio e Hamamatsu.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARCELINHO VEIGA

SAF - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE ADITAMENTO

CONTRATO Nº 014/2022	
CONTRATADA	MIDIACLIP LTDA - EPP.
VIGÊNCIA	12 (DOZE) MESES - 07/05/2024 À 06/05/2025, CONFORME PROCESSO Nº 21403/2024.

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH

PORTARIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS Nº. 425/2024 - Permitir que a servidora MARIA ELVIRA NERY MATOS, Analista Legislativo, ALC06, cadastro n.º 129.147, entre em gozo de 01 (um) mês de Licença-Prêmio, no período 13/05/2024 a 11/06/2024, que lhe fora concedido pela Portaria n.º. 020/2017, restando 07 (sete) meses para gozo em época oportuna.

Nº. 427/2024 - Permitir que o servidor GELSON BARBOSA SANTANA, Auxiliar Administrativo, TLC06, cadastro n.º 500.413, entre em gozo de 02 (dois) meses de Licença-Prêmio, no período 13/05/2024 a 11/07/2024, que lhes foram concedidos pela Portaria n.º. 005/2017, restando 06 (seis) meses para gozo em época oportuna.

Licença-Médica Deferida:

Servidor: GEORGE MOURA DA COSTA

Cadastro: 900.981

Origem: Processo n.º. 200.01573/2021-86 - Número Benefício: 607.914.563-8

Assunto: Licença-Médica prorrogada até 18/06/2024.



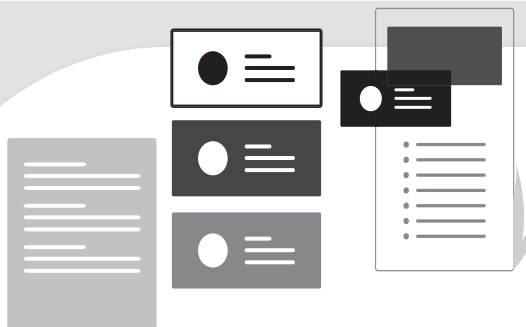
CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Garante autenticidade e segurança nas transações eletrônicas.

EGBA: 71 3343-2886
www.egba.ba.gov.br



EGBA

GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras baianas, com baixo custo e segurança.

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil

Sede Egba

71 3343-2850/2865

Municípios (Publica Bahia)

71 3343-2833

www.egba.ba.gov.br

**EGBA**
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO